

## ***MINHA POSSE NO LEGISLATIVO***

---

**EDSON CARVALHO VIDIGAL**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

O Senhor Presidente – Tem a palavra o vereador Edson Vidigal Júnior, inscrito para discurso.

O Senhor Edson Vidigal Júnior – Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Senhores representantes do judiciário, do clero, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, meus senhores e minhas senhoras. Por vaidade não teria eu aceitado a candidatura. Oportunidades nas quais eu possa atrair a admiração e as homenagens dos outros têm-me surgido ao longo da vida e não as aproveito porque a minha formação não se adapta a futilidades. Por interesses pessoais ou políticos não teria eu ido às praças e às ruas dos longínquos subúrbios, levando a minha mensagem, pregando as minhas idéias. Aceitaria as condições de eleição fácil e aliar-me-ia aos que, encastelados em suas posições, não se sentem obrigados a um mínimo de solidariedade ou dever para com o Povo desta terra. Para atender a necessidades de grupos partidários ou econômicos – ao invés de falar, calado já estaria há muito tempo, compartilhando, no meu silêncio, com aqueles que, quando falam em liberdade, não estão defendendo senão a liberdade de continuarem cada vez mais ricos nesta cidade de pobres. Para somente defender a massa humilde e esquecida dos subúrbios e dos campos e o Povo espoliado da cidade é que vou usar o mandato que permite, a partir de hoje, atuar nesta casa.

Não creio, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, no apoio incondicional e nem na oposição intransigente; não creio na intolerância das filosofias, nem nas retaliações pessoais, como descreio no progresso desta cidade, enquanto persistir esse sistema administrativo retrógrado e impraticável, de concessões e de não atendimento às legítimas



reivindicações deste Povo, que paga impostos, mas que não vê melhoria na sua cidade; que sofre com os desacertos governamentais, que é explorado na sua produção, necessitado no seu consumo, miserável nas suas condições reais de vida, ludibriado pelos políticos interesseiros, às vésperas das eleições. Para com esta gente, mais do que para com nós mesmos e para com as nossas famílias, é que a nossa obrigação é muito maior. A defesa dos direitos populares e o atendimento às necessidades coletivas é o que temos de colocar acima, e muito acima, dos nossos interesses.

E não me diga ninguém que pouco ou quase nada se pode fazer. Caxias pede uma reforma econômica e social, que será perigoso adiar, e que não é difícil de ser imaginada. Mas como fazer essa reforma? Como reformulá-la e concretizá-la? Sem mudar o poder político? Os grupos e oligarquias não serão atingidos nos seu privilégios? Não dispõem eles do poder político como instrumento para a defesa dos seus interesses?

Daí porque a nossa luta deve ser contra todas as formas de exploração que queiram, o Governo ou os grupos dominantes, impor à massa humilde e os grupos dominantes, impor à massa humilde e sofredora. Cumpre-nos estar vigilantes e em posição de independência. Independência econômica e política.

A fome, a miséria, o analfabetismo, as enfermidades e os "déficits" estão aí mesmo, amontoados. Bertrand Russel já dizia: "é o medo que põe os homens em atraso". Quando existem os "déficits" é porque o consumo ultrapassa a produção; e, quando a produção é inferior ao consumo, há, naturalmente, poucos produzindo e muitos consumindo. Não devemos ter medo em afirmar que com Caxias ocorre quase o contrário: muitos são os que produzem e poucos os que consomem, mas é que os poucos os que consomem, mas é que os poucos consomem mais

do que produzem os muitos. Conclui-se que se gasta mais dinheiro do que se arrecada. E no entanto não se vêem obras públicas, a infância sadia e alfabetizada a população satisfeita. Serão poucos os que pagam impostos e muitos os afazeres da municipalidade, no que concerne ao desenvolvimento desta terra? O que vai resolver, portanto, aqui, não será a promulgação diária de leis e sim o cumprimento cotidiano das leis sábias, porque as leis diárias prejudicam as leis sábias e as leis superficiais prejudicam as leis fundamentais. Mas se aqui não há leis sábias, nem leis fundamentais compete-nos, nesta hora, a necessária legislação.

A linha rotineira do comportamento tradicional desta Casa tem que ser mudada, pois ao meu ver sempre se caracterizou por uma apatia, alheamento e indiferentismo ante aos problemas que angustiam a vida do Povo. Por isso é que vai a minha bancada iniciar um movimento que, nascendo neste plenário, está fadado a deitar raízes profundas por toda a imensidão do território maranhense. Refiro-me à necessidade de uma reforma substancial na lei orgânica que rege os nossos Municípios. A autonomia municipal tem que ser verdadeira. As Câmaras e os Executivos não podem continuar como meros instrumentos para a preservação do caciquismo político. Urge que atuem com autenticidade. O Departamento Estadual de Assistência ao Municípios deve deixar de ser um simples órgão burocrático para enquadrar-se na realidade socioeconômica das nossas comunas. A sua atuação no que diz respeito aos Municípios nunca foi sentida e se já o foi os seus frutos aqui jamais chegaram. Façamos um ligeiro retrospecto no panorama administrativo de Caxias e veremos o progresso de uma cidade entravado pela inexistência de leis fundamentais e métodos eficientes. Veremos um orçamento municipal deficitário, mostrando que aqui se gasta mais dinheiro do que se arrecada, provando que uma minoria consome mais do que a produção da maioria pobre e escravizada, sofredora, mas paciente. Paciente porque ainda não se

desesperou, numa atitude revolucionária que está inevitável se assim tudo continuar.

Onde se debate um interesse comum não há lugar para retaliações pessoais. O nosso único interesse aqui deve ser de estarmos inteiramente interessados na discussão e no atendimento dos interesses do Povo. Se Ele nos elegeu foi porque confiou na formação do nosso caráter e na fidalguia dos nossos sentimentos. Negar esforço na concretização dos seus anseios seria traí-lo. Exercer o mandato por conveniências seria trair-nos.

É chegada a hora, senhor presidente e senhores vereadores, em que nos devemos congregarmos e em comum realizarmos alguma coisa por essa gente que nos elegeu, a fim de que, ao fim dos nossos mandatos, não possamos dela ouvir a frase:

- Estes não serviram. Arranjemos outros...

(Palmas. O orador é cumprimentado por todos os componentes da mesa).